



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar para os alunos do ensino médio (sexto horário) do Município de Abadia dos Dourados/MG, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e no Edital.**

ITEM	UN	QTDE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL PREVISTO
001	KM	5.500	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A LINHA 22, LOCALIDADE CÔRREGO FUNDO E SÍTIO DAS PEDRAS, VEÍCULO CAPACIDADE MÍNIMA PARA 12 ESCOLARES, TOTALIZANDO <b>55 km/DIA</b> DURANTE O TURNO MATUTINO – ENSINO MÉDIO.	3,5125	19.318,75
002	KM	6.000	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A LINHA 23, LOCALIDADE MONTE ALVÃO E JAPECANGA, VEÍCULO CAPACIDADE MÍNIMA PARA 12 ESCOLARES, TOTALIZANDO <b>60 km/DIA</b> DURANTE O TURNO MATUTINO – ENSINO MÉDIO.	3,5125	21.075,00
003	KM	9.600	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A LINHA 26, LOCALIDADE BONSUCESSO, PARNASO E BREJÃO, VEÍCULO CAPACIDADE MÍNIMA PARA 12 ESCOLARES, TOTALIZANDO <b>96 km/DIA</b> DURANTE O TURNO MATUTINO – ENSINO MÉDIO.	3,5125	33.720,00
004	KM	10.400	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A LINHA 27, LOCALIDADE CAPÃO DA CRUZ, LACRAIA E MOTAS, VEÍCULO CAPACIDADE MÍNIMA PARA 12 ESCOLARES, TOTALIZANDO <b>104 km/DIA</b> DURANTE O TURNO MATUTINO – ENSINO MÉDIO.	3,5125	36.530,00
005	KM	11.000	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A LINHA 28, LOCALIDADE BONSUCESSO, MORRO ALTO, PARNASO E CÔRREGO DO OURO, VEÍCULO CAPACIDADE MÍNIMA PARA 12 ESCOLARES, TOTALIZANDO <b>110 km/DIA</b> DURANTE O TURNO MATUTINO – ENSINO MÉDIO.	3,5125	38.637,50
006	KM	6.800	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A LINHA 24, LOCALIDADE USINA, JUREMA, MAMÃO E RIBEIRÃO, VEÍCULO CAPACIDADE MÍNIMA PARA 12 ESCOLARES, TOTALIZANDO <b>68 km/DIA</b> DURANTE O TURNO MATUTINO – ENSINO MÉDIO.	3,5125	23.885,00
007	KM	8.300	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A LINHA 25, LOCALIDADE CORTES, PINDAÍBA, JAPECANGA E CAFUNDÓ, VEÍCULO CAPACIDADE MÍNIMA PARA 12 ESCOLARES, TOTALIZANDO <b>83 km/DIA</b> DURANTE O TURNO MATUTINO – ENSINO MÉDIO.	3,5125	29.153,75
				<b>Valor total: 202.320,00</b>	

Para fins de cálculo da quantidade, foi considerada a quilometragem diária para cada linha considerando itinerário ida e volta multiplicado pela quantidade de dias letivos restantes a partir da vigência do contrato até dia 31 de dezembro de 2024.

#### **Itinerário das Linhas:**

Linha 22 – Percurso da linha 22 / Total KM – 55 por dia.

Regiões – Córrego Fundo, Sítio das Pedras.

Proprietários – Edson Antonio , Elifázio Pio , Sr. Argentino , José Roberto , Marize Lemes , Cézio do Posto , Cibele Gonçalves , Sebastião Machado.

Linha 23- Percurso da Linha 23/ Total KM – 60 por dia.

Regiões – Monte Alvão , Japecanga .

Proprietários – Pedro Chicarino , Adilson do Zé do Liseu , Paulo Sérgio , José Gilberto , Cláudio Pinheiro.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

Linha 24 – Percurso da Linha 24/ Total KM- 68 por dia.

Regiões – Usina , Jurema , Mamão , ribeirão .

Proprietários – Noé Esteves , Norico Bernardes , Alan , Sebastião Fraga.

Linha 25 – Percurso da Linha 25 / Total KM – 83 por dia

Regiões – Cortês , Pindaíba , Japacanga , Cafundó.

Proprietários – Silvia Cortês , Renato Lino , Osmar, Benildo Duarte , Rodrigo Côrtes , Sérgio Junior , Paulo e Beto.

Linha 26- Percurso da linha 26/ Total KM – 96 por dia.

Regiões – Bonsucesso , Parnásio , Brejão.

Proprietários – Adenilson , Ronaldo da Tacila , Leontino José ,Raimundo , Márcia Cortes.

Linha 27 – Percurso da linha 27 / Total KM – 104 por dia.

Regiões – Capão da Cruz, Lacreia, Motas.

Proprietários: Neusa, Valdemira, Mauro César, Luiz Miguel, Gideon Sousa, João Rabelo , Lúcio Nogueira.

Linha 28 – Percurso da Linha 28 / Total KM – 110 por dia.

Regiões – Bonsucesso, Morro Alto, Parnásio, Córrego do Ouro.

Proprietários – João José, Evando Martins, Adeilton Pires, Marcos Antônio, Nilton Ramos, Davi Martins, Zezinho do nego Rivalino, Zé Borges.

Serão necessárias 7 (sete) linhas especiais para transporte dos alunos da zona rural até a Escola Estadual Pedro Alvares Cabral em função do sexto horário do Novo Ensino Médio que ocorre no turno matutino. Para a prestação do serviço de transporte escolar, para todas as linhas, deverão ser utilizadas vans de 12 lugares.

Os serviços a serem contratados tratam-se de serviço comum, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que o transporte escolar está condicionado à sua essencialidade, à sua necessidade para a administração desempenhar suas atividades e que sua interrupção pode comprometer a continuidade dos serviços.

O prazo de vigência do contrato será até o dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado segundo Art. 106 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A necessidade a ser atendida consiste no oferecimento de transporte escolar pela Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados aos alunos do Novo Ensino Médio da Escola Estadual Pedro Álvares Cabral que residem na zona rural, devido ao sexto horário que faz com que a carga horária destes alunos seja maior do que a carga horária dos alunos do Ensino Fundamental tornando o transporte já existente incompatível, justificando a necessidade de um novo transporte para os alunos que estão no Novo ensino Médio e devem cumprir o sexto horário. Essa necessidade foi evidenciada por meio de solicitação da Superintendência Regional de Ensino de Minas Gerais.

Considerando que a Constituição Federal prevê como dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à educação (artigo 227). No seu artigo 205 preconiza que a educação é direito de todos e dever do Estado, garantindo o princípio de igualdade de condições para acesso e permanência na escola. A Constituição Federal assegura ao aluno da rede pública de ensino o direito ao transporte escolar. Como forma de garantir o acesso à educação, o artigo 208 da Constituição estabelece como dever “acessório” do Estado e dos municípios – isto é, paralelamente ao dever “principal” de promover a universalidade no acesso e a permanência na escola – a garantia de transporte escolar para os alunos da rede pública de ensino. Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

Educação – LDB, Lei nº 9.394/1996, determina que os Estados-membros deverão assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual (artigo 10, inciso VII) e os municípios deverão assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal (artigo 10, inciso VII), resguardando-se a possibilidade de articulação entre os estados e seus respectivos municípios para o desempenho desse serviço público (artigo 3º),

Considerando que na lei nº 10.880/04 Art. 2º foi instituído o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE, no âmbito do MEC, a ser executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com o objetivo de oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, observadas as disposições desta Lei (redação dada pela Lei nº 11.947, de 2009);

Considerando a universalidade do acesso à educação, o transporte escolar público é essencial para garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário à educação, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica;

Considerando a redução das desigualdades sociais, o transporte escolar público contribui para reduzir as desigualdades sociais ao oferecer uma solução acessível para alunos que residem em áreas remotas ou de baixa renda. Isso permite que esses alunos frequentem escolas que ofereçam melhor qualidade de ensino, ampliando suas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento pessoal;

Considerando a Evasão Escolar, estudos mostram que um dos fatores para a evasão escolar é a dificuldade de acesso. O transporte escolar é uma medida eficaz para manter os alunos na escola e garantir a continuidade dos estudos.

Diante destes argumentos, evidencia-se a necessidade da prefeitura de Abadia dos Dourados/MG oferecer meios para transportar alunos residentes em áreas consideradas como zona rural de modo a terem acesso ao sexto horário do Novo ensino médio na Escola Estadual Pedro Álvares Cabral.

Foi realizado o Pregão Eletrônico 08/2024 para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar para os alunos do ensino médio (sexto horário) da Escola Estadual Pedro Álvares Cabral, em que foram licitados 8 (oito) itens. Cada item corresponde a uma linha de transporte escolar para os alunos da zona rural em função do sexto horário do novo Ensino Médio. Na licitação realizada apenas um item foi adjudicado/homologado sendo o item 6 do Pregão Supracitado e os 7 (sete) itens restantes foram desertos.

Foi realizado estudo sobre a realidade local e regional (cidades vizinhas) dos prestadores de serviço de transporte escolar, onde se constatou que estes não possuem veículos com idade de no máximo até 10 anos de fabricação (que corresponde a idade máxima exigida pela Lei e que foi exigida no Edital do Pregão Eletrônico 08/2024) e sim possuem veículos de até 20 anos de idade por isso não participaram do Pregão. Nesse sentido, para não deixar os alunos sem aula e se adaptando a realidade local e regional, será realizada uma nova licitação para os itens desertos (linhas de transporte escolar em que não houve interessados) em que será exigida idade máxima do veículo de no máximo até 20 anos a contar do ano de sua respectiva fabricação, situação inclusive semelhante nos municípios vizinhos

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

O Transporte Escolar Rural tem papel fundamental na garantia de acesso e permanência dos estudantes nas escolas. Aprimorar esse serviço melhora o aprendizado dos alunos que dele necessitam, desenvolve a educação no País e possibilita sua permanência na área rural.

A contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte escolar aos alunos da zona rural em função do sexto horário dos alunos do Novo Ensino Médio enquadra-se na categoria de serviços comuns, de que trata a Lei Federal nº14. 133/2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, devendo ser licitado por meio da modalidade Pregão Eletrônico, de modo a permitir a decisão com base no Menor



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

Preço por Item, em busca da proposta mais vantajosa, econômica e eficiente para a Administração, princípios base das contratações públicas, que permite a maior concorrência entre os fornecedores, além de dar maior celeridade e transparência ao processo.

A contratação consiste na prestação de serviço continuado de prestação de serviços incluindo os veículos para Transporte Escolar e mão de obra necessária para sua efetivação, com pagamentos mensais à contratada, que deverá manter os veículos devidamente regularizados juntos aos órgãos de fiscalização.

Na presente contratação será utilizado o tipo de execução por "quilômetro rodado", pois a Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG já possui conhecimento da distância das rotas devido a licitações anteriores que também utilizaram o KM rodado como unidade de medida, e se houver a necessidade de aumentar ou reduzir a rota, pelo fato de alunos novos ou desistentes, deverá feita nova medição juntamente com o transportador. Além disso, esta forma de contratação flexibiliza a inserção ou retirada de novos trechos quando necessário. O valor unitário por KM rodado deve incluir todas as despesas diretas e indiretas como abastecimento, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de motorista entre outras despesas necessárias para execução do objeto. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual e de acordo com as especificações, quantidades e exigências do item 1 deste termo de referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1 Sustentabilidade**

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

### **4.2 Indicação de marcas ou modelos**

Na presente contratação não será indicado marcas ou modelos na execução do serviço.

### **4.3 Da exigência de carta de solidariedade**

Não será exigido Carta de Solidariedade emitida pelo fabricante.

### **4.4 Subcontratação**

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **4.5 Garantia da contratação**

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **4.6 Da exigência de amostra**

Não haverá exigência de amostra.

### **4.7 Requisitos Técnicos**

Será exigido da contratada atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a aptidão de desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

Para assinatura do contrato, o condutor do veículo deverá satisfazer os seguintes requisitos, comprovado com a apresentação das seguintes certidões:

- O condutor deverá ser maior de 21 anos com carteira de habilitação categoria D;
- Atestado médico de sanidade física e mental;
- Declaração de domicílio;
- Duas fotos 3x4;
- Certidão negativa de registro de distribuição criminal, relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores;
- Certidão de aprovação nos cursos de Relações Humanas, Princípios Básicos do Regulamento dos Serviços Públicos de Transporte Escolar e de Direção Defensiva, administrados pelo órgão competente ou por entidades por ele reconhecidas;

Para aprovação do veículo e assinatura do contrato, o mesmo deverá satisfazer os seguintes requisitos, comprovado com a apresentação das seguintes certidões:

- Deverá estar em consonância com o Laudo de vistoria emitido pelo DETRAN/MG e INMETRO, durante todo o período contratual;
- Capacidade para transportar os escolares exclusivamente assentados com o uso do cinto de segurança;
- Satisfazer as exigências do Código de Trânsito Brasileiro e das legislações pertinentes;
- Estar devidamente emplacado no município sede do licitante;
- Possuir equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, devendo o mesmo ser de medições diárias ou semanais;
- Possuir pintura de faixa horizontal na cor amarela com 40 cm (quarenta centímetros) de largura, à meia altura, em toda a extensão nas partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto;
- Possuir dispositivo impedindo que as janelas, exceto a do condutor, abram mais de 15 cm (quinze centímetros);
- Possuir dispositivo externo contendo o número definido pelo órgão competente



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

para identificação do veículo;

- Dispositivos próprios para a quebra ou remoção de vidros em caso de acidente;
- Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo que será utilizado na prestação dos serviços licitados, de propriedade da licitante ou financiado mediante contrato de arrendamento mercantil ou alienação fiduciária, devidamente autenticado, e se estiver o contrato em nome de terceiros deverá ter carta de anuência emitida pelo mesmo, e se este for o sócio da empresa deverá ter um contrato de comodato do referido bem;
- Estar com o IPVA de 2024 quitado;
- A declaração de vistoria, ou seja, o laudo devidamente aprovado deverá ser assinado por órgão competente (DETRAN/MG - INMETRO), sem rasuras, entrelinhas e borrões, em nome da empresa licitante e deverá ser apresentado no ato da assinatura do contrato, sob pena de desclassificação.
- **IDADE MÁXIMA:** Os veículos deverão ter no máximo 20 (vinte) anos de idade a contar do ano de sua respectiva fabricação.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

Os serviços deste objeto deverão ser iniciados em até 07 (sete) dias úteis após a solicitação da Secretaria Municipal de Educação. Os licitantes vencedores obrigam-se a executar os serviços objeto da licitação durante os dias letivos do período respectivo a vigência contratual, conforme calendário escolar e determinação da Secretaria Municipal de Educação. As contratadas ficam obrigadas a transportar os alunos, cuja relação será fornecida pela Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a ordem de serviço, sem que lhes sejam cobrados qualquer valor.

Os trajetos a serem percorridos pela contratada, conforme descrição no item 1 deste termo de referência acontecerão de segunda a sexta-feira e nos dias considerados letivos. Na presente contratação será utilizado o tipo de execução por "quilômetro rodado", pois a Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG já possui conhecimento da distância das rotas devido a licitações anteriores que também utilizaram o KM rodado como unidade de medida, e se houver a necessidade de aumentar ou reduzir as rotas, pelo fato de alunos novos ou desistentes, deverá feita nova medição pela Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG juntamente com o transportador.

Serão necessárias 7 (sete) linhas especiais para transporte dos alunos da zona rural até a Escola Estadual Pedro Álvares Cabral em função do sexto horário do Novo Ensino Médio que ocorre no turno matutino. Para a prestação do serviço de transporte escolar, para todas as linhas, deverão ser utilizadas vans de 12 lugares. Os alunos serão conduzidos do seu ponto de origem, até a Escola Estadual Pedro Álvares Cabral e retornando ao ponto de origem ao término do horário escolar, conforme o itinerário de cada rota. A responsabilidade por manutenção, conservação, abastecimentos e todos os demais custos necessários à prestação do serviço será exclusivamente da contratada, que deverá considerá-los quando da formulação de sua proposta.

### **5.1 Local e Horário**





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

Os locais encontram-se definidos e descritos na tabela do item 1 no turno matutino.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

No âmbito da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados-MG, foi publicado o Decreto nº 10.892, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do executivo municipal e também o Decreto nº 10.923, que designa agentes públicos em função do princípio da segregação de funções. Por este Decreto ficou designado como gestor de contratos, o servidor Brendon Augusto Fintelman Torres de Oliveira, matrícula nº 1809 e como fiscal de contrato o servidor Murilo Francisco de Lima matrícula nº 1893.

O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º). A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios.

## **7 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 7.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 7.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

- não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
- 7.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 7.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 7.1.5 fraudar a licitação
- 7.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 7.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 7.1.8 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 7.2 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 7.2.1 advertência;
- 7.2.2 multa;
- 7.2.3 impedimento de licitar e contratar e





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

7.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

7.3.2 as peculiaridades do caso concreto

7.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

7.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

7.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.3.6 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

7.3.7 Para as infrações previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

7.3.8 Para as infrações previstas nos itens 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

7.4 As sanções de advertência, impetrar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

7.5 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.7 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

- 7.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 7.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 7.9 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 7.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 7.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 7.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 7.13 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 7.14 A CONTRATANTE é competente para aplicar, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e suas alterações, as penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

## **8. PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data de entrega e recebimento dos serviços, mediante aprovação da Secretaria Municipal Solicitante e apresentação dos documentos fiscais.

Caso ocorra, a qualquer tempo, a rejeição dos serviços de transporte escolar em qualquer uma das linhas, o prazo de pagamento será descontinuado e reiniciado após a correção pela contratada.

Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante do Município de Abadia dos Dourados - MG e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Abadia dos Dourados - MG.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **9.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

### **9.2 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**Não poderão disputar esta licitação:**

- I. aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s);
- II. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- III. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- IV. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- V. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- VI. agente público do órgão ou entidade licitante;
- VII. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição; empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, Ressalva: É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº. 14133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Câmara, Dou de 04/10/2011);
- VIII. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- IX. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

O impedimento de que trata o item II será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**Para os itens desta licitação a participação é exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **9.3 Habilitação**

Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

Os licitantes deverão encaminhar a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

▪ **Ato Constitutivo:**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

b) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor<sup>1</sup>, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

<sup>1</sup> NE - O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores ainda não consolidadas.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

---

e) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br), ou;

f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

▪ **Prova de Inscrição no CNPJ.** O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

▪ **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS,** emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

▪ **Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho,** mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;

▪ **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social,** incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

▪ **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

▪ **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

▪ **Certidão de negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.** Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do certame;

▪ **Alvará de Licença e Funcionamento,** em vigor;

▪ **Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial,** com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);

### **9.4 Capacitação Técnico-Profissional:**

• Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a aptidão de desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado.

• **DECLARAÇÕES:**

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

## **10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor estimado para a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte escolar é de R\$ 202.320,00 (duzentos e dois mil e trezentos e vinte reais). O valor foi obtido por meio de Pesquisa de Preços realizada pelo servidor Tiago Alves Canedo, matrícula nº 1232, designado pelo Decreto Municipal nº 10.923/2024.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

Ficha	Fonte	Dotação
213	1500	02.01.05.00.12.361.0134.00.2053.3.3.90.39.5700.1500
214	1576	02.01.05.00.12.361.0134.00.2053.3.3.90.39.5700.1576
215	1553	02.01.05.00.12.361.0134.00.2053.3.3.90.39.5700.1553
216	1550	02.01.05.00.12.361.0134.00.2053.3.3.90.39.5700.1550

## **12. REAJUSTE**

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em **16/09/2024**.

Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação pela Contratante do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE**

São obrigações da contratada:

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações dos serviços prestados;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Assegurar ao Contratante o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento;
- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Indicar preposto para representá-la durante a vigência do contrato;
- Considerar que a ação da fiscalização do Contratante não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais;
- Manter os seus empregados identificados por crachá, quando no recinto do Órgão, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem dos serviços prestados ao Município de Abadia dos Dourados - MG;
- Acatar todas as orientações do Município de Abadia dos Dourados - MG, emanadas pelo fiscal, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento.
- Responsabilizar-se pela orientação dos empregados a serviço da execução do objeto, a fim de garantir a sua qualidade, de acordo com as normas técnicas adequadas e em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal aplicáveis;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- Cumprir rigorosamente os prazos pactuados;
- Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste objeto ou os dele resultantes;
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Responsabilizar-se pelos tributos federais, estaduais ou municipais, que porventura incidam ou venham a incidir sobre a ata de registro de preços e/ou contrato, bem como pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste objeto;
- Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/21;
- Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis;
- Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução do objeto;
- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- Cumprir todas as normas regulamentares sobre a medicina e segurança do trabalho;
- Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, nos termos do contrato;
- Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato;





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

- Executar o objeto através de pessoas idôneas e devidamente capacitadas, responsabilizando-se por negligência, imprudência e imperícia por parte de seus empregados;
- Paralisar por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;
- Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças que fujam às especificações contratadas;
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Responsabilizar-se integralmente pelas despesas com transporte e quaisquer outras adicionais referentes ao objeto contratado, de natureza direta e indireta decorrentes do cumprimento de suas obrigações, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, incluídos tributos, contribuições e seguros;
- Arcar com todas as despesas necessárias com o pessoal na execução dos serviços, tais como: remuneração, transporte, alimentação, hospedagem, seguro contra acidente de trabalho e responsabilidade civil por danos a terceiros;
- A contratada deverá atender à legislação vigente, quando aos aspectos ambientais, trabalhistas, de segurança, medicina e saúde do trabalhador e todas as demais afeitas ao campo de trabalho dos serviços dessa contratação, bem como às normas técnicas brasileiras existentes;
- A inadimplência da Contratada com referência dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;
- Manter os veículos em bom estado de uso, conservação, segurança e higiene, bem como todos os equipamentos necessários à segurança do mesmo e das pessoas transportadas;
- Proceder à substituição do veículo que por qualquer motivo fique impossibilitado de trafegar ou apresente defeitos mecânicos que envolvam risco de acidentes, por outro no mesmo estado de conservação;
- Na ocorrência de paralisações na operação das linhas sob sua responsabilidade, ressalvados os casos de força maior, cabe às empresas contratadas promover as ações necessárias para o pronto restabelecimento dos serviços;
- Cumprir as obrigações e exigências da legislação nacional de trânsito;
- Ocorrendo a necessidade de troca do condutor, a contratada deverá comunicar e justificar com antecedência à Administração, que poderá autorizar (desde que o condutor satisfaça as exigências contidas neste termo contratual) ou não a troca do condutor;
- Manter em dia o licenciamento dos veículos do transporte escolar;
- Proibir a oferta de carona nos veículos utilizados para o Transporte Escolar, salvo quando houver autorização expressa da contratante para atender à eventual convocação da escola para os pais ou responsáveis;
- Garantir a regularidade do pagamento de seus colaboradores, bem como garantir a qualidade e pontualidade dos serviços, a fim de que no período entre a efetuação dos serviços e concretização do pagamento do contrato não tenha paralisação do transporte e, conseqüentemente, prejuízo ao ano letivo dos alunos transportados;
- Observar os roteiros e horários determinados pelo Município, inclusive quando houver alteração dos mesmos, durante a vigência do contrato;
- Os condutores deverão apanhar os alunos nos locais previamente determinados, bem como, tratar com respeito e cortesia e urbanidade os alunos e os agentes de fiscalização da contratante;
- Arcar com todas as despesas referentes ao combustível, peças de reposição, manutenção, lubrificação, lavagem, troca de óleo, emplacamento, licenças especiais e outras necessárias para a consecução dos serviços;
- Responsabilizar-se pelo pagamento de multas relativas às infrações de trânsito, ocorridas no período em que o veículo estiver a serviço desta Secretaria de Estado de Educação.

São obrigações da Contratante:



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

- Comunicar imediatamente à contratada as irregularidades manifestadas na execução do contrato, informando, após, à contratante tal providência;
- Fornecer à Contratada todos os esclarecimentos e informações necessárias para a execução do objeto;
- Enviar a Autorização de fornecimento à Contratada;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através da Secretaria Municipal Solicitante (Secretaria Municipal de Educação);
- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes;
- Paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução do contrato, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços/materiais prestados/fornecidos;
- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato.

### **14. DA RESCISÃO**

O contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente nos casos previstos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter os créditos que a que tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

### **15. DAS ALTERAÇÕES**

O contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade superior.

Abadia dos Dourados, 16 de setembro de 2024.

Elaborado por: \_\_\_\_\_

Fernanda Cristina Silva Oliveira Matrícula: 1825

Servidora responsável pela elaboração do T.R. designada pelo Decreto Municipal nº

10.923/2024.

Aprovado por: \_\_\_\_\_

Débora Marcelo Rosa

Controladora Interna